

PEQUENAS CIDADES PARANAENSES. TRANSITORIEDADE E REDEFINIÇÕES ESPACIAIS: 1940-2000

Yoshiya Nakagawara Ferreira

Sandra Catharinne Pantaleao

Palavras-chave: Pequenas cidades; Hierarquia urbana; Paraná; Urbanização.

Resumo

Os estudos pertinentes ao urbano normalmente tomam como objeto as metrópoles brasileiras no processo de investigação dos fenômenos urbanos. Além disso, a hierarquia das cidades pauta-se na quantificação do número de habitantes, formando uma classificação vertical e que, muitas vezes, não representa a realidade urbana das diversas regiões brasileiras. Verifica-se, ainda, que a rede urbana brasileira é constituída por pequenas e médias cidades, que se diferenciam de acordo com a região e os processos de produção do espaço, não sendo necessariamente enquadradas nos termos apenas quantitativos. Desse modo, o presente estudo retoma as discussões do ponto de vista teórico e empírico acerca dos critérios que podem ser utilizados como parâmetros para a

classificação das cidades, tendo em vista, além da população, os processos de inserção dessas cidades na formação das redes urbanas, em especial no norte paranaense.

Palavras-chave: pequenas cidades, hierarquia urbana, Paraná e urbanização.

Iniciando a discussão

Do ponto de vista da historiografia, onde a conceituação de cidades médias até hoje busca um caminho mais preciso no Brasil, tendo em vista que a construção desse objeto particular de estudo ainda tem percurso teórico-metológico em fase de estruturação, como podemos abordar as pequenas cidades, sem incorrer em dificuldades e referências que estão ainda em processo de discussão.

Na construção do conceito de cidade média, Roberto Lobato Corrêa (2007), por ocasião do II Simpósio Internacional sobre “Cidades Médias”: produção do espaço e dinâmicas econômicas, na sua conferência de abertura, relata que há muitas dificuldades nessa conceituação, seja em torno do tamanho absoluto, como foco à escala espacial de referencia, como também um recorte temporal considerado. Entretanto, apresenta suas idéias em torno da relevância da discussão,

afirmando que isto deriva da capacidade do pesquisador em problematizá-lo, de transformá-lo numa questão teórica ou empírica.

Corrêa (2007) apresenta três tipologias possíveis como possibilidade para iniciar a discussão, que podem ser as seguintes: lugar central; centro de drenagem e consumo da renda fundiária e centro de atividades especializadas, sendo representados por três tipos de elites locais: a elite comercial, a elite fundiária e a elite empreendedora. O autor aponta onze questões-problemas que exigem respostas teórico-práticas ou investigativas. Evidentemente responder a todas as questões, além de ser uma tarefa hercúlea, não tem sentido nem como metodologia, nem como abordagem, pois há muitas diferenças entre os diferentes tipos de cidades médias não só no Brasil, como no mundo, tanto na sua estrutura (organização), como também no processo de construção da região onde elas se inserem e quanto ao tempo de atividade humana sobre essas cidades que possuem relações históricas, socioeconômicas e políticas, além da questão cultural.

Colocadas essas questões, não somente por analogia, mas também como uma importante contribuição que Corrêa (2007) apontou nesse texto, procuramos delinear duas questões para o desenvolvimento desse ensaio.

1) Inicialmente é necessário identificar a espacialização e a evolução histórica de pequenas cidades, em uma dada região ou país. Neste artigo optamos por estudar, do ponto de vista da localização, o

Estado do Paraná, cujo recorte temporal, tomamos os resultados dos censos de 1970, 1980, 1991 e 2000, correspondendo a 30 anos.

2) Identificar o processo de formação, estruturação e evolução das pequenas cidades nesse período, evidenciando as gêneses e os problemas decorrentes desse processo.

Levantadas essas questões, pretendemos assinalar que se trata de um estudo que se insere nas discussões relativas à rede urbana, dentro do processo de desenvolvimento capitalista, em uma região que consideramos nova, pois, a sua consolidação ainda não se realizou de fato, se comparada a estados de formação mais antiga, como a paulista, mineira, gaúcha ou os estados do nordeste.

Feitas essas considerações iniciais, apresentamos a seguir, alguns dados estatísticos sistematizados sobre a localização e a tipologia de pequenas cidades paranaenses, quanto ao tamanho urbano e constituição da sua população.

As tabelas a seguir representam parte dessa problematização, que passaremos a analisar, com apoio cartográfico e estatístico, para extrair algumas referências como hipóteses de trabalho para futuras pesquisas. A sistematização das tabelas (I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII) abaixo corresponde ao tamanho da **população urbana**.

Deve-se, entretanto ressaltar que, em se tratando de cidades médias, analisar isoladamente o tamanho demográfico, as funções urbanas e a organização do espaço intra-urbano são insuficientes para compreensão

do objeto de estudo, conforme destaca Corrêa (2007), pois tais indicadores só possuem validade se considerados interligados, o que permite a proposição de discussões mais densas, em termos de buscar a essência da dinâmica espacial nos processos de estruturação e reestruturação das redes urbanas, cujas escalas se alteram, em função do ponto de vista abordado.

Evolução da distribuição espacial das pequenas cidades no decorrer dos censos

Apresentamos, a seguir, uma classificação proposta neste estudo, como uma primeira hipótese de abordagem para futuras pesquisas.

Tabela I – Estado do Paraná, hierarquia e tipologia das cidades paranaenses.

Classificação das cidades	População Urbana
Cidades pequenas de nível local (C)	Até 10.000
Cidades pequenas de nível local (B)	10.000 ----- 20.000
Cidades pequenas – transição para as médias (A)	20.000 ----- 50.000
Cidades médias nível (C)	50.000 ----- 100.000
Cidades médias de nível (B)	100.000 ----- 300.000
Cidades médias de nível (A)	300.000 ----- 500.000

Fonte: Censo demográfico do IBGE, 2000.
Org.: Pantaleão, S. C.; Ferreira, Y. N., 2008.

Considerando os resultados da população urbana, em ordem decrescente, por tamanho urbano, de 1940 a 2000, temos os seguintes resultados:

Tabela II e III – Estado do Paraná, classes de distribuição da população urbana.

Tipologia proposta.

Total de municípios	Tabela II – Classes de distribuição da população urbana – 1940					
	Até 10.000	10.000-20.000	20.000 – 50.000	50.000 – 100.000	100.000-300.000	300.000 500.000
	Pequena local (C)	Pequena local (B)	Pequena transição para as médias (A)	Médias nível (C)	Médias nível (B)	Médias nível (A)
49	45	02	01	-	01	-
Total de municípios	Tabela III – Classes de distribuição da população urbana – 1950					
	Até 10.000	10.000-20.000	20.000 - 50.000	50.000 – 100.000	100.000-300.000	300.000 500.000
	Pequena local (C)	Pequena local (B)	Pequena transição para as médias (A)	Médias nível (C)	Médias nível (B)	Médias nível (A)
80	72	05	02	-	01	-

Fonte: Censo demográfico do IBGE, 1940 e 1950.

Org.: Pantaleão, S. C.; Ferreira, Y. N., 2008.

A tabela II demonstra a primazia de Curitiba, na década de 1940, cuja população urbana totalizava 102.898 habitantes, considerada como uma **cidade média de segundo nível**, na nossa classificação. Nessa época, o estado do Paraná ainda estava em processo de formação,

apresentando uma concentração demográfica na região sul-sudeste. O Norte e o Oeste do estado estavam ainda no início da sua ocupação. Já nessa época, Londrina despontava como a terceira cidade do estado, em termos de população urbana, perdendo apenas para a capital e Ponta Grossa.

Mais de 90% dos municípios paranaenses contava com menos de 7.000 habitantes urbanos, ou seja, era um estado totalmente rural, cuja população na área urbana representava apenas 24,5% do total.

O censo seguinte, de 1950, já apresentou resultados bem diferentes da década anterior (tabela III). A expansão do povoamento se tornou mais efetiva e com muito dinamismo, principalmente, no Norte do Paraná, a partir desse período, com a formação de muitos municípios, que, do total de 49 em 1940, passou para 80 municípios.

A população urbana do estado já ultrapassava a 500.000 habitantes, embora a maior concentração se apresentava, ainda, na área rural, sendo três vezes mais que a população urbana. O Estado ainda tinha fortes características rurais, não só pela concentração de população, mas também pelas atividades econômicas. Nesse período, muitos municípios são criados na região norte paranaense, modificando a rede urbana do estado, com destaque no setor setentrional do estado, cuja população era constituída de migrantes paulistas, mineiros e nordestinos, ao lado de imigrantes europeus e asiáticos.

Tabela IV, V e VI – Estado do Paraná, classes de distribuição da população urbana.

Tipologia proposta.

Tabela IV – Classes de distribuição da população urbana - 1960						
Total de municípios	Até 10.000	10.000-20.000	20.000 - 50.000	50.000 – 100.000	100.000-300.000	300.000 500.000
	Pequena local (C)	Pequena local (B)	Pequena transição para as médias (A)	Médias nível (C)	Médias nível (B)	Médias nível (A)
162	144	09	06	02	-	01
Tabela V – Classes de distribuição da população urbana - 1970						
Total de municípios	Até 10.000	10.000-20.000	20.000 - 50.000	50.000 – 100.000	100.000-300.000	300.000 500.000
	Pequena local (C)	Pequena local (B)	Pequena transição para as médias (A)	Médias nível (C)	Médias nível (B)	Médias nível (A)
288	241	28	14	01	03	-
Tabela VI – Classes de distribuição da população urbana - 1980						
Total de municípios	Até 10.000	10.000-20.000	20.000 - 50.000	50.000 – 100.000	100.000-300.000	300.000 500.000
	Pequena local (C)	Pequena local (B)	Pequena transição para as médias (A)	Médias nível (C)	Médias nível (B)	Médias nível (A)
290	209	41	26	08	05	-

Fonte: Censo demográfico do IBGE, 1960, 1970 e 1980.

Org.: Pantaleão, S. C.; Ferreira, Y. N., 2008.

Na década de 1960 (tabela IV), observa-se que houve uma grande fragmentação territorial, com multiplicação quanto ao número de municípios, que dobrou (de 80 para 162). O crescimento populacional, tanto urbano quanto rural também dobrou, proporcionalmente aos quantitativos anteriores, em que o estado registrou mais de 4.000.000 de habitantes, sendo que quase 70,0% ainda se encontrava na área rural.

Em relação à localização dos pequenos municípios, pode-se observar ainda um crescimento no norte do Paraná, cuja concentração começa a se deslocar no sentido Oeste, Noroeste e Sudoeste.

A partir dos anos de 1970 (tabela V), a multiplicação dos municípios e também a ocupação do Paraná apresentam um novo quadro, isto é, não se observa o mesmo dinamismo na formação regional como também um crescimento exponencial da população, pois as frentes pioneiras já tinham atingido as barrancas do Rio Paraná.

Pode-se observar, ainda, que há uma grande proliferação de pequenas cidades, principalmente nas regiões norte e noroeste do Paraná, pois essas localidades que representavam 153 municípios, passam a figurar com 269 unidades municipais, com crescimento de 116 municípios na categoria de pequenas cidades até 20.000 habitantes. Por outro lado, as classificadas como cidades médias figuram com quatro municípios, que são Londrina, Ponta Grossa, Maringá e Paranaguá, ou seja, dois municípios na região norte e dois na sudeste. A cidade de Curitiba, com 584.481 habitantes, segundo a nossa classificação, não se enquadra mais como cidade média, pois ultrapassa o patamar de 500.000 habitantes.

A partir de meados dos anos 1970, observa-se uma redefinição muito grande do ponto de vista da estruturação e desestruturação urbana, pois com o êxodo rural e concentração fundiária, principalmente no norte do Paraná, e reestruturação produtiva, as cidades médias passam a

receber muitos migrantes da área rural e as pequenas localidades perdem a população não só rural como urbana. Assim, há o surgimento de novos municípios no cenário regional, despontando 05 municípios entre 100.000 e 300.000 e 08, entre 50.000 a 100.000, ou seja, totalizam 13 municípios com população urbana entre 50.000 e 300.000 habitantes, denominadas cidades médias para este trabalho.

Tabela VII e VIII – Estado do Paraná, classes de distribuição da população urbana. Tipologia proposta.

Tabela VII – Classes de distribuição da população urbana - 1991						
Total de municípios	Até 10.000	10.000-20.000	20.000 - 50.000	50.000 – 100.000	100.000-300.000	300.000 500.000
	Pequena local (C)	Pequena local (B)	Pequena transição para as médias (A)	Médias nível (C)	Médias nível (B)	Médias nível (A)
323	226	48	27	13	07	01

Tabela VIII – Classes de distribuição da população urbana - 2000						
Total de municípios	Até 10.000	10.000-20.000	20.000 - 50.000	50.000 – 100.000	100.000-300.000	300.000 500.000
	Pequena local (C)	Pequena local (B)	Pequena transição para as médias (A)	Médias nível (C)	Médias nível (B)	Médias nível (A)
399	285	53	35	14	10	01

Fonte: Censo demográfico do IBGE, 1991 e 2000.

Org.: Pantaleão, S. C.; Ferreira, Y. N., 2008.

Com relação à posição das cidades médias, a definição despontada nos anos de 1980, na tabela VI, pode-se perceber uma consolidação da sua posição hierárquica. Entretanto, surgem novos municípios como Toledo, Campo Mourão, Cambé e Arapongas, localizados na região norte/sudoeste, com população entre 50.000 e 80.000 habitantes e outros próximos à região metropolitana de Curitiba. Concomitantemente a esse processo, aparecem núcleos urbanos com mais de 100.000, comparando-se ao período anterior, dentre eles Guarapuava, São José dos Pinhais, Colombo e Paranaguá, surgindo como novos centros urbanos em consolidação, localizados por influência da região metropolitana de Curitiba.

Como apresentado nas tabelas anteriores, não havia nenhuma cidade média com mais de 300.000 habitantes, além da capital, que ultrapassa 1 milhão de habitantes, mas isso é rompido por Londrina, que contabiliza, em sua área urbana 366.542 habitantes, elevando-se à categoria de cidades médias, nível A. Tal tendência de concentração populacional avança também para os municípios do entorno, totalizando uma população de quase 1 milhão de habitantes.

As unidades municipais consideradas pequenas até 20.000 habitantes urbanos representam a maioria dos municípios com 84,7% do total, ou seja, na composição da rede urbana paranaense, em uma área de cerca de 200.000 km², destacam-se apenas 11 municípios com mais de 100.000 habitantes urbanos, excetuando-se a capital, o que confere ao Paraná um certo equilíbrio espacial na localização de cidades médias de nível (A) e (B) (entre 100.000 a 500.000).

Na estruturação da rede urbana paranaense, percebeu-se a grande transitoriedade e mobilidade do tamanho urbano, como também a distribuição hierárquica desses municípios. O cenário maior se localiza na região norte e oeste do Paraná, onde a estruturação e desestruturação produtiva regional, do café para as atividades agrárias mecanizadas, induziram a uma reconfiguração e reordenamento hierárquico dos tamanhos urbanos, tanto totais ou rurais.

O esvaziamento demográfico, principalmente das áreas rurais para urbanas paranaenses e outras regiões e estados, foi uma característica percebida a partir dos meados da década de 1970. Essas transformações de estrutura produtiva e localização demográfica influíram nas condições de trabalho e no crescimento da população empregada no setor terciário, principalmente na área comercial e de serviços.

Nas pequenas localidades municipais, restaram muitas casas vazias, escolas abandonadas e pessoas desempregadas, que constituem a maior parte da população rural atualmente. A dinâmica e a consolidação de

algumas regiões como o norte, o oeste e o sudoeste se configuram em uma nova fase relacionada aos arranjos produtivos locais, onde há a predominância do setor terciário, com algum destaque para a industrialização da região metropolitana e alguns municípios considerados como capitais regionais consolidados, como é o caso de Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Cascavel, Umuarama e Foz do Iguaçu (figura 1).

Moura (1992), em seu trabalho sobre “Paraná: alterações espaciais e territorialidades”, relata que houve muita transformação regional nos municípios do interior do estado, com sensível perda de população, pois, no período analisado – entre 1980 e 1991, 57,3% dos municípios paranaenses apresentaram taxas geométricas de crescimento anual negativas e, que deste municípios, 119 (64,3%) já apresentavam comportamento similar no período de 1970-1980 (MOURA, 1992). Segundo esse estudo, os dados indicaram o esvaziamento dos municípios com base produtiva no setor primário e, daqueles cuja urbanização incipiente não oferecia condições à consolidação como centro urbano absorvedor de população.

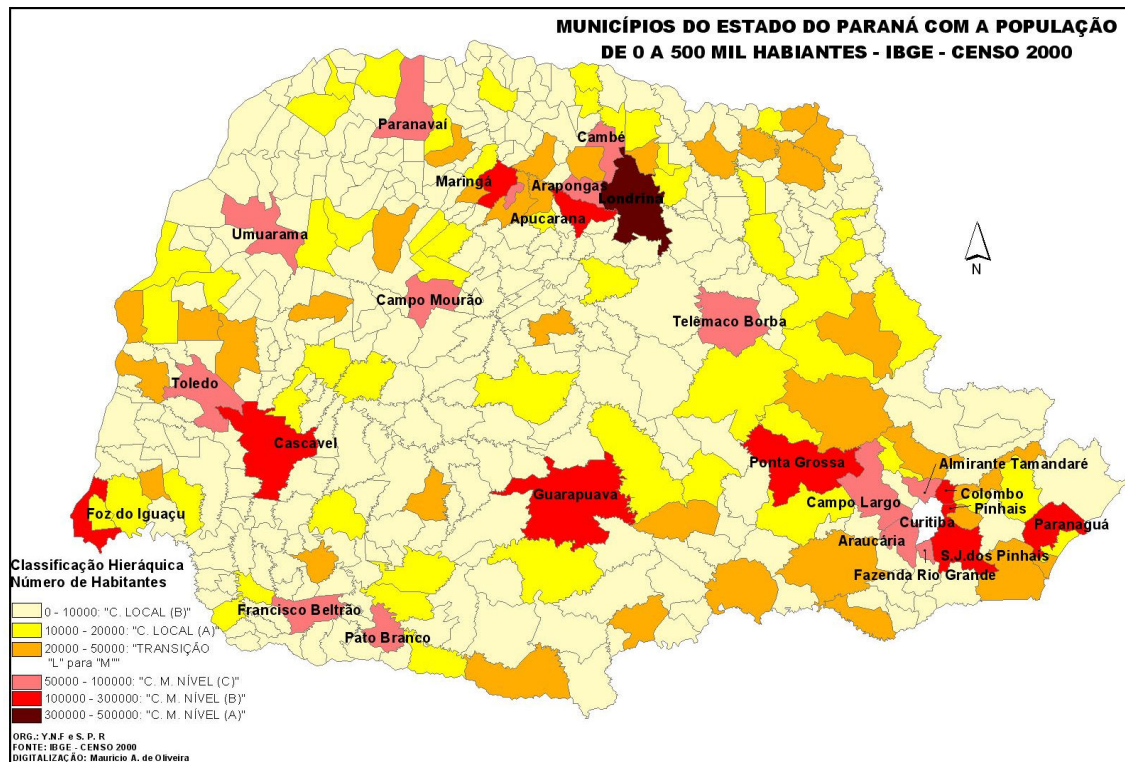


Figura 1: Estado do Paraná, distribuição da população e tipologia de cidades. Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2000.

Org.: Pantaleão, S. C.; Ferreira, Y. N., 2008. Digitalização: Maurício A. de Oliveira, 2008.

Primeiras aproximações teórico-metodológicas

À guisa de um pensamento ainda em curso de amadurecimento, e tendo em vista as dificuldades em delinear um processo metodológico para estudar as pequenas cidades, colocamos aqui algumas questões que merecem discussão.

As raízes da urbanização brasileira, no processo de produção capitalista, de formação e consolidação, influenciaram muito a ocupação e a estruturação regional e distribuição espacial da população paranaense, portanto, estudar o Paraná significa também verificar os processos brasileiro e paranaense, do ponto de vista da formação e organização regional.

A dinâmica da formação paranaense, por outro lado, se evidenciou de forma muito particular, pela influência de empresas colonizadoras estrangeiras, que imprimiram o seu modo de organização espacial e retalhamento dos lotes rurais a serem ocupados. Essa configuração inicial, feita em pequenas propriedades, principalmente no norte e oeste, e as atividades inicialmente implantadas nessas regiões (cafeicultura com muita utilização de mão-de-obra), configurou e ordenou uma distribuição demográfica que, posteriormente, definiria e redefiniria as redes urbanas, que também evoluíram em permanente transitoriedade, influenciadas pela desestruturação rural ou das atividades rurais e mobilidade intensa da população da área rural para a urbana.

Entender as pequenas cidades paranaenses significa entender também as formas de ocupação pelas frentes pioneiras e pelos eixos viários de penetração, que foram as bases das formas de organização espacial, com rebatimento na sua conformação posterior.

Por outro lado, tomar as cidades pequenas como objeto de estudo é muito mais um processo de entendimento do significado e das relações

socioeconômicas do Paraná, do que simplesmente entender a hierarquia do tamanho urbano ou rural, ou a sua classificação por distribuição geográfica na rede urbana.

Um aspecto que se desponha como importante, nessa primeira aproximação e compreensão da distribuição da população urbana, é perceber a importância e a necessidade de um planejamento para a recuperação social e econômica dos mais de 300 municípios que parasitam em torno das metrópoles regionais, ou cidades médias que gravitam em diversas atividades socioeconômicas ao lado das pequenas localidades.

Tanto na estrutura quanto na função, esses pequenos locais não têm dinamismo suficiente, não só do ponto de vista da organização econômica, pela fragilidade dos elementos dos recursos naturais, bastante degradados pela ocupação inicial desenfreada e sem planejamento, como também a falta de recursos públicos na administração do município, além da falta de lideranças regionais para um crescimento integrado desses pequenos locais.

Apesar disso, algumas associações de municípios têm tido êxito no estímulo às lideranças locais e regionais. Assim, é necessário despertar o interesse dos governos locais e estaduais para uma efetiva reorganização dessas pequenas localidades.

Por outro lado, Sposito (2007) lembra da importância de duas escalas geográficas que são colocadas nas relações entre o espaço intra-

urbano e o interurbano, que são tradições de pesquisas urbanas, na tentativa de estabelecer diálogos frequentes entre esses dois pólos (SPOSITO, 2007).

Canuto (1998) assinala no seu artigo sobre a nova dinâmica regional brasileira, uma agenda de pesquisas, onde coloca alguns marcos de transformação da economia brasileira, a partir dos anos 90, que alterou profundamente a dinâmica regional brasileira, em relação ao início dos anos 80, apontando o enfraquecimento das oportunidades regionais, em que há a necessidade de se estudar e indicar questões que necessitam uma ação maior para um planejamento mais efetivo, visando a qualidade espacial e de vida dos paranaenses.

Entre esses aspectos, o autor cita um maior aprofundamento das discussões em relação à **reconfiguração produtiva do Paraná**, destacando os arranjos empresariais nos setores produtivos, identificando-se os perfis quanto às potencialidades de crescimento regional, estudando-se também os padrões de especialização paranaense. Canuto (1998) observa, ainda, duas outras frentes de atuação. Os **impactos socioeconômico-ambientais**, verificando os perfis regionais e as tendências e as competitividades, associadas às formas de uso dos recursos naturais e ambientais. O outro é quanto aos desdobramentos relacionados à **questão tributária e reforma administrativa** no padrão de especialização paranaense.

Segundo Damiani (2005), a Geografia tem reconhecido as diferenças espaciais, enquanto hierarquias urbanas, a partir das quais se estabelecia um feixe diversificado e, ao mesmo tempo, composto de relações, cuja potência e raio de influência variavam segundo o tamanho dos centros urbanos.

Em uma das vertentes, discutiam-se pequenas cidades, verdadeiras fronteiras entre os processos rurais e os urbanos, que absorviam pouco os processos acumulativos próprios da modernidade, e o raio de influência de cada cidade variava em função de seu tamanho. Nessa mesma vertente, Sposito (2005) acrescenta que caberia aos geógrafos

[...] analisar quais os níveis de determinação que incidem, na atualidade, determinando os papéis desempenhados pelas cidades médias e pequenas, verificando, sobretudo, em quais contextos as transformações são mais profundas que as permanências, gerando redes urbanas complexas e mudanças significativas nestas cidades. (SPOSITO, 2005, p. 33)

Prosseguindo nessas colocações, Sposito (2005) conclui que, não menos importante é analisar os contextos regionais, em que as permanências, sobretudo de natureza política e cultural, são mais densas que as transformações, possibilitando não apenas as prevalências de relações hierárquicas, como a diminuição relativa dos papéis das menores cidades da respectiva rede urbana. Esta realidade pode ser observada em muitos núcleos urbanos do Paraná.

Acrescentamos, também, a necessidade imprescindível da participação mais efetiva dos grupos de pesquisa das universidades e

instituições de ensino superior do Paraná, no estudo e na participação mais integrada entre pesquisa e extensão, visando a qualidade espacial de vida do homem paranaense.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. (org) **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.23-67.

CANUTO, O. O Paraná e a nova dinâmica regional brasileira: uma agenda de pesquisas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 94, p. s/n, dez. 1998.

DAMIANI, A. L. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. In: ENCONTRO DE GEOGRÁFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. p.31-32.

FERREIRA, Y. N. O papel das cidades médias no contexto da urbanização brasileira: reflexões sobre a cidade de Londrina/PR. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE CIDADES MÉDIAS, 2., 2006, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia:UFU, 2006, p.1-13. (CD-ROM)

MOURA, R. Processo de urbanização: tendências emergentes. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 1992, Brasília. **Anais...** Brasília: UNB, 1992. v. III, p.287-309.

_____. Paraná: meio século de urbanização. **R. RA'EGA**, Curitiba, n. 8, p. 33-44, 2004. Editora da UFPR.

SPOSITO, M. E. B. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: _____. **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.233-253.

_____. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. In: ENCONTRO DE GEOGRÁFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...**São Paulo:USP, 2005, p. 33.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Anuário de dados dos censos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000. Rio de Janeiro, 2001.